

Sobre os múltiplos sentidos de *substância*: Nota acerca de *Metafísica Z3*, 1028b33-34

Raphael Zillig (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

In the opening sentence of *Metaphysics Z3*, Aristotle contrasts the four main senses in which the word "substance" is usually said with the semantical multiplicity expressed by *pleonachōs*. The syntax of the sentence makes it clear that the multiplicity resulting from these four main senses is in some respect imperfect in relation to the other one. If *pleonachōs* is interpreted in its comparative sense, this imperfection is one of degree; hence both multiplicities are of the same nature. If, on the other hand, it is understood in its usual Aristotelian sense, as a synonym of *pollachōs*, the deficiency becomes one of nature. In this note the second view is held: it is suggested that Aristotle has a peculiar variety of senses in mind when he uses *pleonachōs* in this sentence, one which cannot be simply attributed to "substance" on the base of the multiplicity resulting from the four reputable senses. According to this suggestion, the former multiplicity is introduced as a control factor for the examination of each proposal included in the latter one. Any proposal for the comprehension of "substance" is to be excluded if it amounts to a distinction between 1) substance as that which exists in its own right and 2) substance as the essence or nature of that which exists in its own right. These two ways of understanding substance cannot be interpreted as standing for two independent senses of "substance". They are different perspectives of the same thing, and not different senses of the same word. "Substance", therefore, is not to be taken as being *pollachōs* in this way. Read this way, the contrast expressed at the beginning of *Z3* condenses an important part of the strategy for the remaining chapters of *Z*.

A frase inicial de *Metafísica Z3* dá conta de uma multiplicidade de sentidos do termo "substância": *legetai d'hē ousia, ei mē pleonachōs, all'en tettarsi ge malista*¹. Em tradução provisória: "A substância é dita, se não de muitos/mais² modos, ao menos principalmente em quatro acepções (1028^b33-34). Essa afirmação deve introduzir o exame dos sentidos de

¹ Salvo quando indicado, todas as traduções do texto de Aristóteles são de minha autoria.

² O termo *pleonachōs* pode significar "de muitos modos" ou "de mais modos". A adoção ou recusa do sentido comparativo, como se verá, pode ser influenciada pela interpretação do texto.

substância, que será concentrado nos quatro sentidos referidos por *en tettarsi* [em quatro acepções] (a saber, a essência, o universal, o gênero e o substrato: 1028^b34-36). Ainda que esses quatro sentidos constituam, por si mesmos, uma variedade de sentidos do termo em questão, essa multiplicidade é contrastada com aquela referida por *pleonachōs*. A relação entre essas duas multiplicidades semânticas é objeto desta nota.

A sintaxe do período expressa essa relação na medida em que opõe as duas multiplicidades em um período condicional. A primeira multiplicidade, aquela segundo a qual a substância poderia ser dita *pleonachōs*, encontra-se na prótase negativa, ao passo que a segunda, de acordo com a qual a substância é dita *en tettarsi*, ocorre na apódose que é vinculada à oração anterior por *alla*. Essa estrutura cai sob um paradigma imediatamente identificável. De um modo geral, quando introduzida por *alla* e precedida por uma prótase negativa, a apódose apresenta um *pis-aller* em relação ao que é expresso na prótase (Denniston : [1934] 1950, p. 11-13). Nesse caso, o que é dito na oração subordinada não se realiza completamente, mas apenas de um modo imperfeito que é indicado na principal.

Até aqui o texto é inequívoco: se a substância não é dita *pleonachōs*, ela é dita, ao menos, *en tettarsi*. A segunda multiplicidade referida realiza incompletamente algo que a primeira satisfaz plenamente¹. A partícula *ge*, que qualifica restritivamente a locução *en tettarsi*, reforça o caráter de substituto imperfeito em relação ao que é expresso na prótase. A questão, agora, consiste em determinar qual a natureza dessa imperfeição, ou seja, em que medida a variedade semântica composta pelos quatro sentidos privilegiados de “substância” realiza e em que medida deixa de realizar a multiplicidade expressa por *pleonachōs*.

A insuficiência de um substituto pode ser de dois tipos: de grau ou natureza. Na ausência de uma escada de cinco degraus, pode-se lançar mão de uma escada de três degraus ou de uma banqueta. A escada de três degraus desempenha o papel de escada em geral com a mesma perfeição que a de cinco degraus, apenas não permitindo alcançar a mesma altura que esta última. Como sucedâneo da escada maior, a escada menor apresenta

¹ Essa relação entre as duas multiplicidades de sentido é perdida na tradução de Bostock: “Of the several ways in which substance is spoken of, there are at any rate four which are the most important” [Dos muitos modos nos quais a substância é dita, há de qualquer maneira quatro que são os mais importantes]. A prótase foi transformada em um partitivo e a multiplicidade composta pelos quatro sentidos principais de “substância”, ainda que seja apenas parte do todo indicado por *pleonachōs*, não é mais caracterizada segundo a acepção de realização incompleta.

uma deficiência de grau. A banqueta, por outro lado, ainda que seja da mesma altura que a escada de cinco degraus, não desempenha a mesma função com igual perfeição. Ela, por exemplo, não possui degraus que facilitem a subida ao patamar superior. Ao contrário do que ocorre com a escada de três degraus, a deficiência da banqueta em relação à escada de cinco degraus é de natureza.

Cabe saber, com relação à multiplicidade de sentidos do termo “substância”, se, frente aos muitos sentidos referidos por *pleonachōs*, os quatro sentidos indicados por *en tettarsi* representam uma deficiência de grau ou natureza. No primeiro caso, os quatro sentidos indicados são tomados como parte de uma possível variedade de sentidos. Enquanto subconjunto da variedade, os quatro sentidos a realizam imperfeitamente: eles compõem um conjunto que não esgota a variedade hipotética. No segundo, há duas variedades distintas: uma de extensão indeterminada e outra de quatro termos. Nessa hipótese, o segundo conjunto não realiza a mesma variedade que o primeiro. Os quatro sentidos listados não perfazem, então, uma multiplicidade do mesmo tipo que a indicada por *pleonachōs*. Nesse caso, se a lista de quatro itens é uma espécie de sucedâneo da multiplicidade indicada na prótase, é porque ela constitui *ao menos* uma variedade de sentidos, ainda que não aquela referida por *pleonachōs*.

A questão se *en tettarsi* apresenta uma insuficiência de grau ou de natureza em relação a *pleonachōs* depende do sentido preciso desta última expressão. A maioria das traduções compreende *pleonachōs* como comparativo. Nesse caso, parece privilegiar-se a interpretação da apódose como exprimindo uma deficiência de grau: “A substância é dita, *senão de mais modos*, ao menos principalmente em quatro”. A prótase parece indicar unicamente uma variedade de sentidos que, podendo ser maior, é na ocasião limitada aos quatro sentidos a serem examinados.

Poderia parecer que a idéia de uma variedade unicamente numérica, não qualificada como sendo desta ou daquela natureza, fosse favorecida pelo vínculo de Z3 com a seção anterior. Os múltiplos sentidos da substância seriam aqueles listados em Z2 e os quatro citados em Z3 formariam um subconjunto dos muitos significados que se pode dar a “substância”. Isso, contudo, não pode ser o caso. Z2 fornece termos aos quais “substância” é mais evidentemente atribuída (*dokei d’hē ousia hyparchein phanerōtata... 1028^{b8}*) e encerra-se com uma exortação à investigação do sentido de substância que permita

distinguir quais daqueles termos recebem apropriadamente essa designação. O capítulo, portanto, fornece uma lista de termos que se imagina caírem sob a *extensão* do conceito e propõe a investigação de sua *compreensão*. Se, de fato, Z3 é o início da resposta ao apelo feito no final do capítulo anterior, então, ao referir muitos modos segundo os quais a substância é dita, Z3 não está remetendo aos itens listados em Z2 (corpos, limites, números, formas...), mas às respectivas hipóteses de compreensão do conceito.

Além disso, não se pode ignorar a acepção técnica de *pleonachōs* nas obras de Aristóteles. Como indica Hermann Bonitz no vocábulo dedicado a essa expressão em seu *Index Aristotelicus*, ela é sinônimo de *pollachōs*¹. Como se sabe, um termo dito *pollachōs* possui diversos sentidos, cada um dos quais apropriado nos contextos pertinentes. Caso particular de termo dito *pollachōs* é aquele no qual a multiplicidade semântica é *pros hen*, ou seja, quando dentre os diversos sentidos há um principal do qual dependem os demais (cf. Γ2, 1003^a33-3^b6).

Como nota Terence Irwin (1990, p. 233-34), é questionável que se possa tomar *pleonachōs* em sua acepção meramente comparativa, sem comprometer-se com o sentido técnico. Se esse termo é ali empregado da mesma forma que, de um modo geral, nas suas demais ocorrências em Aristóteles, ele é sinônimo de *pollachōs*. Uma vez que *pleonachōs* é precedido de uma negação na frase em questão, interpretá-lo desse modo implica ver no início de Z3 a afirmação segundo a qual o termo “substância” não é um *pollachōs legomenon*. A deficiência de *en tettarsi* seria, então, de natureza precisamente por não tornar “substância” um *pollachōs legomenon*. Do sentido comparativo, por outro lado, segue-se que a deficiência de *en tettarsi* é de grau e, nesse caso, Z3 incluiria em seu início a suposição que “substância” é um *pollachōs legomenon*².

Não se pode negar que há no mínimo dois tipos de multiplicidade semântica da substância na *Metafísica*. Há, em primeiro lugar, a variedade de sentidos que se expressa na

¹ Bonitz remete a *Top.* V 2. 129^b31 – 130^a28 e *Et. Nic.* V 1. 1129^a23. As duas expressões são empregadas indistintamente em *Top.* II 3, 110^a23-25.

² Para Irwin (1990, p. 234), não se pode aceitar que a variedade de sentidos referida por *en tettarsi* seja do tipo normalmente associado à expressão *pollachōs legomenon*. Isso tornaria inócua a investigação de Z3, uma vez que os quatro sentidos listados seriam igualmente aceitáveis. Ainda que essa observação seja pertinente, acredito haver uma razão mais forte para a recusa da inclusão da variedade semântica dos quatro sentidos de substância examinados em Z3 no tipo de polissemia das coisas ditas *pollachōs*.

distinção entre substância e substância *de*¹. Em segundo lugar, aquela segundo a qual a substância pode ser dita corresponder em um sentido à forma, em outro, à matéria e, em outro, ao composto de ambos (H1, 1042^a26-31). Parece, portanto, que a substância é, de fato, um *pollachōs legomenon* (e não apenas de uma maneira). Uma vez que compreender o *pleonachōs* de 1028^b33 como sinônimo de *pollachōs* parece implicar a negação desse fato tão evidente na *Metafísica*, tudo indica haver aqui uma boa razão para a adoção do sentido comparativo, ainda que a prática de Aristóteles nos demais textos favoreça a compreensão de *pleonachōs* como sinônimo de *pollachōs*.

Contudo, creio que razões para tal compreensão do termo em 1028^b33 podem ser encontradas na posição de Z3, situado entre a introdução apresentada em Z1-2 e o progresso da argumentação nas demais seções do livro Z. Tentarei mostrar que o estudo da substância depara-se com uma multiplicidade de sentidos particularmente relevante na argumentação de Z e que, frente a essa variedade de sentidos, é fundamental eliminar de início a hipótese da substância como *pollachōs legomenon*. Em relação a essa hipótese, os quatro modos segundo os quais a substância é dita em Z3 devem representar uma deficiência de natureza.

Esse exame, como é natural, deve começar com a apreciação dos dois tipos de variedades de sentido de “substância” cuja ocorrência é bem atestada na *Metafísica*. A segunda variedade é posterior à primeira em um sentido que ficará claro mais adiante e cabe, portanto, examinar primeiramente a distinção entre substância e substância *de*.

A importância dessa distinção para Aristóteles não é pequena, uma vez que ele recorre a ela para manter a noção de mudança. Para que o sujeito da mudança permaneça idêntico a si próprio, é necessário que as propriedades que fazem dele o sujeito que ele é sejam preservadas quando alteram-se algumas de suas demais propriedades. Assim, Sócrates permanece idêntico a si próprio porque não deixa de ser homem quando, por

¹ O termo “substância” (aqui empregado para traduzir todas as ocorrências de *ousia*) é, por vezes, reservado para designar unicamente a primeira acepção de *ousia*. Nesse caso, o termo “essência” é empregado para traduzir a *ousia de*. Uma sucinta caracterização dos dois aspectos em questão é fornecida por Jonathan Barnes: “Há dois usos principais da palavra *ousia*: na forma “*x* é uma *ousia*” ela corresponde a “*x* é uma substância”; na forma “*x* é a *ousia* de *y*”, ela corresponde a “*x* é a essência de *y*”. Assim, uma explicação grosseira da *ousia* pode dizer, sem ser indevidamente enganadora, que a *ousia* é ambígua entre “essência” e “substância”.” ([1975] 1993, p. 177) Deve-se, porém, acautelar-se quando se diz que a *ousia* é “ambígua” quanto aos dois aspectos que a caracterizam. De fato, a *ousia* é substância e é essência, mas isso, como deve ser mostrado adiante, não a torna simplesmente ambígua.

exemplo, torna-se culto. Sócrates culto não é absolutamente idêntico a Sócrates inculto, uma vez que há propriedades do segundo não estão presentes no primeiro e vice-versa. Por outro lado, na medida em que a substância *de* Sócrates (isto é, ser homem) permanece inalterada, Sócrates é o mesmo¹. É, portanto, necessário distinguir a substância independente que é Sócrates da substância *de* Sócrates (disso que garante a sua independência) para que Sócrates possa ganhar e perder propriedades sem deixar de ser a mesma coisa. Essa distinção fica evidente quando se considera que a substância independente pode ganhar e perder propriedades, ao passo que a substância *dessa* substância independente deve manter-se absolutamente inalterada.

Esse resultado que fundamenta a alternativa ao monismo eleático, no entanto, é completamente perdido se não for possível manter a identidade (em um sentido relevante) entre substância e substância *de*. A introdução dessa distinção buscava evitar o comprometimento da identidade do ser consigo mesmo frente a alteração de suas propriedades. O mesmo problema, no entanto, será reproduzido pelos termos da própria distinção se o ser do sujeito que muda não for mais idêntico a ele próprio. A identidade do ser, não mais ameaçada pela alteração de propriedades ordinárias, comprometer-se-ia, então, *internamente*: se ser homem deixa de ser idêntico a Sócrates, de nada adianta garantir que a aquisição da propriedade de ser culto não destrua a identidade de Sócrates. Assim, se se pretende manter a distinção entre algo e seus atributos variáveis, ou seja, entre *ousia* e *sumbebēkos*, é necessário observar não apenas a condição segundo a qual há um sujeito primeiro garantido haver algo ao qual são atribuídos os atributos, mas também aquela segundo a qual a atribuição que enuncia o ser desse sujeito seja diferente das demais na medida em que não adiciona nada ao sujeito, mas é idêntica a ele (cf. Γ4, 1007^a20-^b18). Para que algo seja sujeito no sentido relevante, ou seja, como algo que existe por si próprio (como substância), seu ser não pode ser diferente dele próprio. Assim, a substância *de* algo que é sujeito primeiro deve ser idêntica ao próprio sujeito. Como este sujeito é substância no sentido do que existe independentemente, há identidade entre substância e substância *de*.

Uma vez que uma substância é dita ser o que é em virtude de sua natureza, pode parecer possível ver uma relação de unidade *pros hen* entre substância e substância *de*, de

¹ É preciso, portanto, distinguir dois tipos de identidade. No primeiro caso, a noção de identidade empregada é tal que x é idêntico a y quando *todas* as propriedades de x são propriedades de y e vice-versa. No segundo, x é idêntico a y quando isso que faz de x o x que ele é pode ser atribuído com verdade de x e de y .

modo que o que é ser homem, isto é, a humanidade, corresponderia ao que é “homem” em primeiro lugar e Sócrates seria dito “homem” por sua relação à humanidade. No caso da relação entre o ser e sua natureza, porém, essa opção é impossível. A tentativa de estabelecer a unidade interna da substância a partir de uma relação *pros hen* entre substância e substância *de* não altera o fato que, em uma perspectiva na qual não há identidade entre ambos, substância e substância *de* são *seres* distintos (como o são a substância e os seres contidos sob as demais categorias). Mais do que isso, se a natureza de S é um ser distinto de S, então S e sua própria natureza são seres de naturezas diferentes (o que a relação *pros hen* não seria capaz de impedir). Ora, se eles possuem naturezas diferentes, eles são homônimos em sentido estrito.

A tentativa de atribuir prioridade à natureza em relação ao ser caracteriza a distinção entre ser e ser *de* tal como é concebida pelo platonismo. Aos olhos de Aristóteles, como se sabe, o resultado desse projeto é a completa homonímia entre as Idéias e aquilo do que elas são Idéias. Substância e substância *de*, portanto, devem ser idênticos para que a substância independente e sua natureza não sejam homônimos tais como, no platonismo, as coisas ordinárias e suas Idéias.

Não há espaço aqui para explorar adequadamente os diferentes sentidos do termo “identidade” que permitem dizer que substância e substância *de* são idênticos em um sentido e, em outro, não são. Basta, no entanto, notar que a substância S e a substância *de* S devem ser, em *algum* sentido, idênticos para que esta última seja, de fato, a substância de S e não um ser diferente. Se um ser e sua natureza não forem idênticos, não há para ambos sequer a alternativa de uma unidade do tipo *pros hen*: ou são idênticos ou homônimos em sentido estrito.

Cabe agora examinar brevemente o vínculo entre esse tipo de variação de sentidos de “substância” e aquele segundo o qual esse termo é compreendido como forma, matéria e composto. O ponto de partida para esse exame é a noção de separado (*chōriston*), que supõe a identidade entre uma substância S e a substância *de* S. Um dado ser é separado, afinal, porque seu ser não inclui, como no caso de coisas não-separadas tais como as cores,

uma referência a algo distinto¹. A ausência dessa referência a algo distinto garante que seu ser é idêntico a ele próprio, ou seja, garante a identidade entre substância e substância *de*.

Para que a substância seja compreendida como substrato ou sujeito no sentido pertinente, ou seja, como o que é idêntico ao seu próprio ser, Aristóteles introduz ao fim do exame do *hupokeimenon* em Z3 as noções de este-algo e separado². Sem essa qualificação, a condição de sujeito ou substrato pode levar a crer que a matéria *separada da forma* é substância. Quando o substrato é compreendido segundo essa limitação, a substância pode ser entendida de três modos, cada um dos quais correspondendo a uma maneira distinta de interpretar o substrato à luz da nova qualificação³, como se vê a partir de H1, 1042^a26ss.: por ser independente e separado sem qualificações, o composto torna-se substrato das atribuições acidentais, por ser princípio de independência e separado em pensamento, a forma é substrato na medida em que garante para o composto a satisfação das condições de *tode ti e chōriston*, por fim, a matéria, ao ser este-algo e separada em potência, corresponde ao substrato ao qual é atribuída a forma na geração do composto.

O resumo de H1 mostra que cada um dos três sentidos de substância nessa segunda classificação é um sentido de substância unicamente na medida em que o substrato é

¹ Precisamente por incluir uma referência a algo distinto, o ser de coisas como as cores não é idêntico a elas próprias (cf. Z6, 1031^b22-28).

² Ao contrário do que parece indicar a separação do substrato em relação aos demais possíveis sentidos de “substância” apresentados em Z3, 1028b34-36, não há nesse texto a distinção entre substância e substância *de*. Todos os sentidos apresentados, inclusive o substrato enquadram-se no segundo caso (o que está de acordo com a proposta de determinar a compreensão do conceito). Isso é atestado pela necessária remissão de *hekastou* juntamente com *ousia dokei einai* ao quarto candidato apresentado, isto é, ao *hupokeimenon*. Como mostram Frede e Patzig (1988, *ad* 1028b35) e, de modo ainda mais minucioso, Wedin (2000, p. 168-70), se é possível vincular a frase “parece ser substância” ao substrato, então é necessário fazê-lo com o complemento “de cada coisa”. Isso em nada compromete a afirmação feita acima segundo a qual o sujeito de atribuição é substância por oposição a substância *de*. Em Z3 o substrato deve ser compreendido como substância *de* porque a questão proposta diz respeito ao critério que deve ser satisfeito para que algo seja compreendido como substância. Pergunta-se, então, se a substancialidade dessa substância que é sujeito último de atribuição limita-se à característica de ser sujeito último de atribuição.

³Uma adequada fundamentação da interpretação apresentada exigiria um exame cuidadoso do desenvolvimento de Z, no qual seria necessário mostrar que o *hupokeimenon* jamais é abandonado como critério de substancialidade, sendo apenas qualificado pelas condições adicionais. Para tanto, seria preciso mostrar que a apreciação do *to ti ēn einai* de Z4-6 pretende, em última análise, garantir a correta interpretação do *hupokeimenon* à luz das condições de este-algo e separado. Os capítulos de Z7-9, ao mostrar a identidade entre forma e *to ti ēn einai*, fundamentariam, então, a compreensão da forma como sujeito em sentido mais próprio e, portanto, como substância em sentido mais rigoroso (o que explicaria as afirmações de Z10 e 11 com relação à limitação da definição à forma). Uma vez que é impossível apresentar aqui a defesa dessa leitura, limito-me a observar que interpretações desenvolvidas nesse sentido foram expostas por Irwin (1990, especialmente p. 242 e seguinte) e, recentemente, por Wolff (2005).

compreendido a partir da condição de corresponder a este-algo e separado¹. Uma vez que o separado supõe a identidade entre substância e substância *de*, a unidade desses sentidos em relação à noção de substância depende dessa identidade.

Se a argumentação exposta até aqui foi bem sucedida, então está estabelecido que a unidade da noção de substância depende da relação de identidade entre uma substância *S* e a substância *de S*. Isso apresenta um sentido de acordo com o qual se pode dizer que a substância não é um *pollachōs legomenon*, mas ainda não está evidente a relação dessa conclusão com a variedade semântica referida por *en tettarsi*. Esse vínculo torna-se visível quando são examinados os capítulos iniciais da *Metafísica*, nos quais as bases do estudo do ser são lançadas tendo em vista os projetos já ensaiados pelos predecessores e concorrentes de Aristóteles.

Em Z1, a noção de substância é introduzida como correspondendo ao que é ser em sentido primeiro, servindo de substrato aos demais seres (1028^a13-31). No plano da lógica, essa distinção entre a substância e os seres dela dependentes (os que necessitam de uma substância como substrato) tem como consequência o fato que termos designando seres como o “caminhar” e o “estar saudável” não figuram em posição de sujeito, a não ser em proposições abreviadas, cuja análise correta mostra a necessidade de um sujeito genuíno, como o homem que caminha ou está saudável. Assim, todo discurso sobre o ser fundamenta-se nas proposições em que alguma substância ocorre como sujeito e o estudo do ser em geral revela-se, em primeiro lugar, um estudo da substância.

A primazia da substância em relação aos demais seres é apresentada como característica estrutural da ontologia. Ela não pertence apenas ao âmbito das teses aristotélicas, mas está na base de qualquer projeto de estudo do ser em geral. Assim, ao fim de Z1, Aristóteles pode afirmar que tanto seus contemporâneos, quanto seus predecessores, quando tratam do ser, ocupam-se, na verdade, da substância (ainda que talvez não o percebam) (1028^b2-6).

¹ Entendo que o cruzamento dessas duas condições seja o resultado da exposição acerca do sentido de *ousia* em $\Delta 8$. A indicação de dois modos de dizer a substância (como substrato/sujeito e como este-algo e separado) não supõe que esses modos sejam independentes. Ao contrário, o pronome *toiouton* da frase final parece resgatar as duas condições de maneira que a forma, satisfazendo o cruzamento de ambas do modo mais perfeito, corresponda a substância em sentido primeiro. Não creio, portanto, como Frede e Patzig (1988, v. I, p. 36-7), que haja a esse respeito um rompimento de Z em relação a $\Delta 8$. Para esses autores, as duas condições distintas em Z seriam fundidas na concepção de substância do livro Z.

A universalidade da relação entre a substância e os demais seres (sua independência quanto ao que caracteriza as diferentes doutrinas ontológicas) garante que tudo aquilo do que depende essa relação deve ser respeitado por qualquer proposta de ontologia como condição de possibilidade do estudo do ser em geral. Assim, as bases a partir das quais se estabelece a relação entre a substância e os outros seres podem servir de fiel para o exame de qualquer projeto de ontologia. Se elas não são preservadas, o projeto deve ser abandonado.

Dentre os princípios que devem ser universalmente observados por qualquer ontologia que pretenda manter a noção de mudança, destaca-se a identidade entre substância e substância *de*. Esse princípio não é explicitamente apresentado em Z1, mas é suposto quando é introduzida a distinção entre a substância e os seres dela dependentes. Além disso, ele está expresso na justaposição de *ti esti* e *tode ti*, que caracteriza a substância (1028^a11-12). Essas duas expressões, quando aplicadas à substância, designam, respectivamente, a substância *de* e a substância como ser independente.

Diversos resultados são obtidos em Z a partir do exame das teses dos antecessores e rivais de Aristóteles (embora nem sempre haja referência explícita ao autor da tese examinada). Esse procedimento é preparado ao final de Z1 através da universalidade do resultado segundo o qual o estudo do ser é estudo da substância. Ao mesmo tempo, o exame das teses dos antecessores recebe sua motivação em Z2 através da mudança do foco da extensão para a compreensão do conceito de substância, que se estabelece a partir da comparação das diversas doutrinas defendidas por outros filósofos. No exame dessas teses, é visível o recurso ao princípio da identidade entre substância e substância *de*.

Pode-se perceber o papel do princípio, por exemplo, na desqualificação do universal como substância (no âmbito do que, inequivocamente, constitui uma crítica ao platonismo). Na medida em que é *toionde*, “de uma tal qualidade”, mas não *tode ti*, “este-algo”, o universal satisfaz a noção de substância *de*, mas não a de substância como ser independente (Z13, 1038^b34 – 39^a3). A situação inversa parece resultar na recusa, em Z3, de uma certa compreensão da substância como substrato¹. Como sujeito último de

¹ Se parece restar pouca ou nenhuma dúvida que a recusa do universal constitua uma crítica ao platonismo, não é igualmente clara a origem da tese recusada por meio do exame do substrato em Z3. Uma hipótese muito plausível remete a tese criticada aos materialistas (Wolff : 2005, p. 157). Há quem veja na noção de substrato atacada em Z3 a tese pitagórico-platônica segundo a qual a dimensão dos corpos são as substâncias

atribuição, o substrato deve corresponder a um x determinado do qual se declara algo. O resultado do exame de Z3 é que esse x pretensamente determinado é distinto da substância *de x*, não sendo dito “algo nem quanto nem qualquer das outras coisas a partir das quais o ser é determinado” (1029^a20-21).

Z3 marca o início da pesquisa da qual deverá resultar a boa compreensão do conceito de substância. Lá são expostas as quatro principais hipóteses a serem submetidas ao exame (aquelas ditas *en tettarsi*). Dessas, como se viu, duas (ou, antes, três, quando se considera que a análise do universal estende-se ao gênero) são eliminadas por não se adequarem ao princípio da identidade entre substância e substância *de*.¹ Com relação à hipótese restante (a essência), Aristóteles mostrará que, corretamente interpretada, ela estará de acordo com o princípio².

No entanto, o princípio da identidade entre substância e substância *de* não está presente unicamente na avaliação das quatro hipóteses listadas em Z3. Sua importância no desenvolvimento da investigação do livro Z é perceptível na própria introdução dessas hipóteses. Gênero, universal e essência privilegiam a compreensão da substância como o que existe independentemente, ao passo que o substrato tende a favorecer o aspecto contrário. Essa oposição fica marcada no modo como são apresentadas as hipóteses: as três primeiras agrupadas e a quarta em separado (1028^b34-36). O que se vê no início de Z3 é a armação de um plano de fundo (preparado em Z1-2) sobre o qual desenvolve-se a pesquisa de Z. Trata-se de uma crítica às doutrinas concorrentes, elaborada a partir da identidade entre substância e substância *de*. De acordo com essa crítica, as doutrinas concorrentes caracterizam a substância unicamente segundo um dos dois aspectos da substância.

É a estrutura dessa crítica que é recapitulada na afirmação que precede a introdução das hipóteses em Z3, segundo a qual a substância, se não é dita *pleonachōs*, é, ao menos, dita em quatro modos. Ao falar dos sentidos de “substância”, Aristóteles apresenta na

(Frede/Patzig : 1988, p. 44-45) ou a doutrina do receptáculo exposta no Timeu de Platão (Gill : 1989, p. 26-31).

¹ O resultado do exame de Z3 é a eliminação unicamente de uma certa compreensão do substrato como substância. Que o substrato não tenha sido em absoluto deixado de lado, fica claro a partir do resumo dos resultados de Z apresentado em H1, onde a substância é novamente caracterizada como substrato (1042^a26).

² O exame da essência encerra-se em Z6 com uma reapresentação do princípio da identidade entre determinado e determinante: “é, portanto, evidente que, com relação às coisas ditas primeiras e por si, o ser de cada coisa e cada coisa são o mesmo e um”. (1032^a4-6).

antecedente do condicional a variedade semântica do tipo *pleonachōs*, idêntica à dos *pollachōs legomena*. O termo “substância” não pode ser equívoco nesse sentido, ao menos no que diz respeito a uma variedade semântica fundamental, aquela entre uma substância S e a substância *de* S¹. De fato, a atribuição dessa variedade de sentidos a “substância” é introduzida em 1028^b33 como condição que não se realiza. O período condicional real apresenta *mē* [*legetai*] *pleonachōs* [*hē ousia*] como realidade, ou seja, a antecedente do condicional informa não ser o caso que “substância” seja dita segundo a variedade de sentidos do tipo *pleonachōs*. Em contraste com esse tipo de polissemia, há aquela introduzida como sucedâneo imperfeito pela apódose e referida por *en tettarsi*. Se “substância” não é um termo equívoco do tipo dito *pleonachōs*, é necessário constatar que ela é, ao menos, dita segundo uma variedade de sentidos de outra natureza, variedade factual resultante das diversas hipóteses defendidas a seu respeito e redutíveis a quatro acepções principais. Por trás dessas quatro acepções, como se viu, estão os dois modos de compreender a substância, aqueles mesmos que não podem resultar na equivocidade dos termos ditos *pleonachōs*. O contraste entre *pleonachōs* e *en tettarsi*, portanto, colige de forma quase proverbial os resultado de Z1-2, em uma espécie de diretriz para o prosseguimento da investigação. Nele está expressa a necessidade de se resolver a variedade de sentidos contida nas quatro principais acepções de “substância”, para que dela não resulte que uma substância S é dita *pleonachōs* com relação à substância *de* S.

Uma vez que se tenha discutido o sentido da frase que abre Z3, cabe sugerir uma tradução que faça justiça à interpretação proposta. Deve-se levar em conta que em *pleonachōs* há uma condição cuja realização não ocorre e para a qual encontra-se um substituto imperfeito (e deficiente por natureza e não grau) em *en tettarsi*. Para expressar essa relação, pode haver alternativas melhores do que a opção usualmente adotada nas traduções contemporâneas, nas quais “se não” está por *ei mē* e nada em particular corresponde a *alla*. Denniston, para a estrutura caracterizada por *alla* na apódose estabelecendo um contraste com o que é expresso na prótase, sugere “even though... still” ([1934] 1950, p. 11). Essa alternativa parece adequar-se melhor às peculiaridades da

¹ Talvez, em outro aspecto, seja possível encontrar uma estrutura *pros hen* na significação de “substância”, quando aplicada a forma, matéria e composto (em sentido mais próprio no primeiro caso e derivadamente nos demais). Essa é a sugestão de Irwin em 1988, p. 257-259.

relação expressa em 1028^b33-34 e torna-se interessante exprimi-la por “mesmo que não *pleonachōs*, ainda assim [ou “de qualquer modo”] *en tettarsi*”.

Uma vez que, pelos motivos já indicados, tenha-se decidido abrir mão do sentido comparativo de *pleonachōs*, é preciso evitar, no texto em língua moderna, o contraste incoerente entre ter vários sentidos e ter quatro sentidos¹. Deve-se, para tanto, exprimir na tradução a diferença de natureza entre os dois tipos de variedade semântica. Ainda que não haja um termo em português que dê conta da acepção técnica de *pleonachōs* / *pollachōs*, pode-se expressar a diferença entre a polissemia relativa à coleção de possíveis sentidos para um termo cujo sentido preciso ainda não foi determinado e a condição característica de um termo que sabidamente tem muitos sentidos. A situação de “substância”, no início de Z3, é a de um termo cujo sentido ainda não está determinado com precisão (e há quatro possibilidades principais a examinar). Caso diferente é o do termo “banco”. Quem conhece o sentido desse termo em língua portuguesa sabe que ele ora significa “instituição de crédito”, ora “móvel para sentar”. No segundo caso e não no primeiro diz-se que o termo é *equivoco*².

Assim, a tradução proposta para 1028^b33-34 será: “A substância é dita, mesmo que não equivocadamente, ainda assim, ao menos principalmente em quatro acepções”.

¹ É o problema do qual a tradução de Irwin/Fine não consegue escapar: “Substance is spoken of, if not in several ways, at any rate in four main cases.” [A substância é dita, se não em muitos modos, de qualquer maneira em quatro casos principais.] Na antecedente do condicional, nega-se que “substância” tenha muitos sentidos, ao passo que na conseqüente afirma-se que ela seja dita em quatro casos. Excetuando-se uma saída ruim a partir da sugestão de uma quantidade de sentidos superior a quatro na antecedente (o que resultaria na interpretação comparativa de *pleonachōs*), esse texto nega na antecedente e afirma na conseqüente uma multiplicidade de sentidos do termo “substância”. É preciso, portanto, tentar expressar na tradução o que Irwin/Fine comentam em nota (1995, p. 275, n. 15), a saber, que há uma diferença de natureza entre as duas variedades de sentido em jogo.

² De um modo geral, a homonímia ou equivocidade em estrito senso é uma espécie das variedades de sentidos, ou seja, disso que, em geral, atribui-se aos termos ditos *pollachōs*. Além da homonímia em sentido próprio, há também a polissemia do tipo *pros hen*, de modo que não se pode, sem mais, tomar a característica de ser *pleonachōs* / *pollachōs legomenon* como sinônimo de homonímia. Contudo, viu-se que, se a substância S e a substância de S não forem idênticos, eles serão homônimos. Nesse caso, mesmo o recurso à relação *pros hen* redundava em mera homonímia. Assim, para expressar o que é dito através da expressão *pleonachōs* em 1028^b33 sem incorrer no problema apontado, cabe empregar o advérbio “equivocadamente”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNES, Jonathan. *Posterior Analytics*. 2 ed. Oxford, Clarendon Press, [1975] 1993.
- BONITZ, Hermannus. *Index Aristotelicus*. 2. ed. Berlin, Walter de Gruyter, [1870] 1961.
- BOSTOCK, D. *Metaphysics. Books Z and H* – translated with a commentary by David Bostock. Oxford, Clarendon Press, 1994.
- DENNISTON, J. D. *The greek particles*. 2 ed. London, Duckworth, Hackett, [1937] 1950.
- FREDE, M; PATZIG, G. *Aristoteles, 'Metaphysik Z'* – Text, Übersetzung und Kommentar. München, Beck, 1988.
- GILL, Mary Louise. *Aristotle on substance: the paradox of unity*, Princeton, Princeton University Press, 1989.
- IRWIN, Terence. *Aristotle's first principles*. Oxford, Clarendon, 1988.
- _____. “Le caractère aporétique de la *Métaphysique* d’Aristote”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, 1990, p. 221-48. Traduzido para o português em: ZINGANO, Marco. *Sobre a Metafísica de Aristóteles* – Textos selecionados. São Paulo, Odysseus, 2005, p. 341-70.
- _____, FINE, Gail. *Selections*. Indianapolis, Hackett, 1995.
- WEDIN, Michael. *Aristotle's theory of substance*. Oxford, Clarendon Press, 2000.
- WOLFF, Francis. “Qu’est-ce que se demander ce qu’est la réalité?”. In: NARCY, Michel; TORDESILLAS, Alonso. *La “Métaphysique” d’Aristote* – Perspectives contemporaines. Paris, Vrin, 2005, p. 145-69.